



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Avaliações Psicossociais, contemplando a aplicação das avaliações a todos os servidores do Município (estatutários, celetistas e comissionados), elaboração de relatório semestral dos resultados obtidos e apresentação de plano de ação, em atendimento às exigências da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), atualizada pela Portaria MTE vigente, bem como às obrigações de envio de informações ao eSocial, visando atender às necessidades da Administração Municipal, conforme especificações abaixo:

2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UN	UNIT	TOTAL
1	1	Avaliações Psicossociais de todos os colaboradores da prefeitura municipal; Apresentação de Relatório Semestral dos resultados obtidos; Apresentação de Plano de Ação de acordo com os resultados das avaliações.	600,00	Un	18,00	10.800,00

2.1. Para o item 01, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2 Trata-se de serviço comum, de natureza não continuada, a ser contratado por meio de dispensa de licitação com disputa, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em sua forma eletrônica, em razão do valor estimado da contratação e da possibilidade de comparação objetiva das propostas.

2.3 Os serviços a serem contratados não se constituem em quaisquer das atividades cuja execução indireta é vedada.

2.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.5 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.



3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como serviço(s) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O prazo inicial de execução do contrato oriundo deste procedimento de dispensa de licitação com disputa será de até 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, prazo este considerado suficiente para a execução integral dos serviços contratados, não sendo admitida a prorrogação, em razão da natureza não continuada do objeto.

4.2. O prazo inicial de vigência do contrato oriundo deste procedimento de dispensa de licitação com disputa será de até 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, não sendo admitida a prorrogação, tendo em vista a natureza do objeto e o escopo previamente definido da contratação.

5. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação justifica-se em razão da atualização da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que passou a exigir a identificação, avaliação e gestão dos riscos psicossociais nos ambientes de trabalho, bem como o envio das informações correspondentes ao eSocial, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

A Administração Municipal, na condição de empregadora, possui o dever legal de assegurar condições adequadas de saúde e segurança no trabalho a todos os seus servidores, abrangendo estatutários, celetistas e comissionados, independentemente do regime jurídico, sendo obrigatória a adoção de medidas preventivas e corretivas sempre que identificados riscos psicossociais.

O quantitativo dos serviços demandados foi definido com base no número atual de servidores vinculados à Administração Municipal, estimado em aproximadamente 600 (seiscentos) servidores, número este que representa o universo necessário para o atendimento integral das exigências da NR-01, não sendo possível a execução parcial do objeto sem comprometer sua finalidade.

Ressalta-se que o Município não dispõe de estrutura técnica especializada em seu quadro permanente para a realização das Avaliações Psicossociais, análise técnica dos dados, elaboração de relatórios e proposição de plano de ação, o que torna necessária a contratação de empresa especializada, com conhecimento técnico específico e metodologia adequada às exigências normativas vigentes.



5.2. A fundamentação da presente contratação encontra-se devidamente consignada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o qual demonstrou a viabilidade técnica, operacional e econômica da solução adotada, bem como a adequação da contratação por dispensa de licitação com disputa, nos termos do art. 75, inciso II, da referida Lei.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. SUSTENTABILIDADE

Na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, deverão ser observadas práticas de sustentabilidade ambiental, compatíveis com a natureza do serviço contratado.

Considerando que o objeto consiste na prestação de serviços técnicos, sem fornecimento de bens materiais relevantes, a contratada deverá, no mínimo:

- a) Priorizar a utilização de meios digitais para a coleta de informações, aplicação das avaliações, elaboração e entrega de relatórios e demais documentos, reduzindo o consumo de papel e de insumos físicos;
- b) Adotar práticas que minimizem a geração de resíduos, realizando a destinação ambientalmente adequada de eventuais materiais utilizados durante a execução dos serviços;
- c) Observar as normas ambientais vigentes, responsabilizando-se pelo correto descarte de resíduos eventualmente gerados, ainda que em pequena escala;
- d) Comprometer-se com o uso racional de recursos naturais, evitando desperdícios e impactos ambientais desnecessários.

Tendo em vista a natureza do objeto, não se aplica a exigência de logística reversa, nos termos da legislação ambiental, uma vez que não há fornecimento de produtos ou embalagens sujeitas a tal obrigação.



7.2. SUBCONTRATAÇÃO

7.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7.3. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

7.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

7.4 REQUISITOS DO FORNECEDOR

7.4.1 Conforme consignado no Estudo Técnico Preliminar, os requisitos da contratação abrangem a comprovação de capacidade técnica e operacional do fornecedor para a adequada execução dos serviços, observados os princípios da proporcionalidade, isonomia e competitividade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.4.1.2 Profissional capacitado no quadro: A contratada deverá comprovar que possui em seu quadro profissional(is) tecnicamente capacitado(s) para a execução dos serviços, com formação compatível com as atividades de Avaliação Psicossocial, podendo a comprovação ocorrer por meio de vínculo empregatício, contrato de prestação de serviços ou outro meio legalmente admitido.

7.4.1.3 Registro em órgãos profissionais: Quando aplicável, a contratada deverá comprovar o registro e regularidade junto aos conselhos ou órgãos profissionais competentes, nos termos da legislação vigente, somente quando tal exigência for legalmente obrigatória para o exercício da atividade, vedada a imposição de exigência desnecessária ou restritiva à competitividade.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para contratação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



8.1 Forma de execução dos serviços: A execução dos serviços ocorrerá de forma planejada, organizada e contínua, compreendendo as seguintes etapas:

8.1.1 Planejamento inicial: A contratada deverá realizar reunião inicial de alinhamento com a Administração Municipal, com o objetivo de definir cronograma, metodologia de aplicação das Avaliações Psicossociais, forma de comunicação, setores envolvidos e demais aspectos necessários à adequada execução do objeto.

8.1.2 Aplicação das Avaliações Psicossociais: A contratada realizará a aplicação das Avaliações Psicossociais junto a todos os servidores indicados pela Administração, utilizando instrumentos técnicos compatíveis com a NR-01, podendo empregar meios presenciais e/ou digitais, conforme a metodologia adotada e as condições operacionais.

8.1.3 Consolidação e análise dos dados: Após a aplicação das avaliações, a contratada procederá à consolidação, tratamento e análise técnica dos dados coletados, com a finalidade de identificar os riscos psicossociais existentes e seus respectivos fatores.

8.1.4 Elaboração do relatório técnico: Com base na análise realizada, a contratada deverá elaborar relatório técnico semestral, contendo a descrição dos resultados obtidos, a identificação dos riscos psicossociais e as conclusões técnicas pertinentes.

8.1.5 Elaboração e apresentação do plano de ação: A contratada deverá elaborar e apresentar plano de ação, contendo propostas de medidas preventivas e corretivas compatíveis com os riscos identificados, visando subsidiar a Administração na gestão dos riscos psicossociais.

8.2 Início da execução dos serviços: A execução dos serviços será iniciada **a partir da data da assinatura do contrato**, ou mediante **emissão da ordem de serviço**, o que ocorrer por último.

8.3 Materiais, equipamentos e ferramentas: Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, sistemas e recursos humanos necessários, em quantidade e qualidade compatíveis com a execução do objeto, incluindo, no mínimo:



- a) Instrumentos e ferramentas técnicas para aplicação das Avaliações Psicossociais;
- b) Recursos tecnológicos para coleta, tratamento e análise dos dados;
- c) Meios adequados para elaboração e apresentação dos relatórios e do plano de ação.

A contratada deverá promover a substituição imediata de quaisquer materiais, equipamentos ou ferramentas que apresentem falhas ou inadequações, sem ônus adicional para a Administração.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

9.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Contratante.

9.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao fiscal do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade tributária perante as Fazendas; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Município.

9.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



9.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

9.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações contratadas.

9.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando o contratado houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos na legislação.

9.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.



9.22 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração, assim como instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.23 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não podendo onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e edificações, sendo que inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

9.24 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Regulamentador, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

11. GESTÃO DO CONTRATO

I - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

II - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

III - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

IV - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

V - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



VI - O contratado não está obrigado a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

11.1 DA FISCALIZAÇÃO

11.1.1 O fiscal do contrato será Carolina Bonin, ou conforme Portaria nº 1009 de 25 de junho de 2025.

11.1.2 O fiscal terá as seguintes atribuições:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - demais funções previstas na regulamentação municipal.

11.1.3 O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto do contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.1.4 O contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.1.5 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis, devem ser aplicadas as sanções ao contratado de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

11.1.6 O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11.1.7 Caso o fiscal do contrato verifique que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº. 14.133, de 2021.

11.1.8 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do contratado que contenha a relação detalhada



destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.1.9 O fiscal do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

11.1.10 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

- a) Acompanhamento do cronograma de execução, verificando o cumprimento dos prazos estabelecidos para cada etapa dos serviços;
- b) Verificação da correta aplicação da metodologia proposta, assegurando sua compatibilidade com as exigências da NR-01 e com as disposições do Termo de Referência;
- c) Conferência do quantitativo de servidores avaliados, em conformidade com as informações fornecidas pela Administração;
- d) Análise dos relatórios técnicos apresentados, quanto à clareza, consistência das informações e aderência ao objeto contratado;
- e) Avaliação do plano de ação apresentado, verificando se as medidas propostas são compatíveis com os riscos psicossociais identificados;
- f) Registro formal de ocorrências, recomendações ou não conformidades identificadas durante a execução contratual;
- g) Atesto da execução dos serviços, para fins de pagamento, após a comprovação do cumprimento integral ou parcial das obrigações contratuais;
- h) Comunicação tempestiva à contratada sobre eventuais falhas ou necessidades de ajustes, fixando prazo razoável para saneamento.

11.1.11 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

11.2. GESTOR DO CONTRATO



11.2.1 O gestor do contrato será Tarcísio da rosa , conforme Portaria nº 1009 de 25 de junho de 2025.

11.2.2. O gestor terá as seguintes atribuições:

- I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III - demais funções previstas na regulamentação municipal.

12. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. DO RECEBIMENTO

12.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.1.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) Cumprimento das etapas previstas no modelo de execução do objeto, especialmente a aplicação das Avaliações Psicossociais, a consolidação dos dados, a elaboração do relatório técnico e a apresentação do plano de ação;
- b) Execução dos serviços em conformidade com o Termo de Referência, com observância das exigências da NR-01 e das condições pactuadas;
- c) Atendimento ao quantitativo de servidores avaliados, conforme informações e validação da Administração;
- d) Entrega e aprovação do relatório técnico semestral, quanto à clareza, consistência, completude e aderência ao objeto contratado;
- e) Apresentação do plano de ação, contendo propostas compatíveis com os riscos psicossociais identificados;



f) Cumprimento dos prazos contratuais, ressalvadas as hipóteses de justificativa formalmente aceita pela Administração;

g) Registro do atesto da fiscalização, após a verificação da regular execução dos serviços.

Parágrafo único. Constatada a execução parcial, imperfeita ou em desconformidade com o contratado, poderá ser aplicada glosa proporcional no pagamento, sem prejuízo da adoção das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e do contrato.

12.1.3 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O serviço será recebido provisoriamente no prazo de 30 dias, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

12.1.4 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

Os serviços serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do Decreto Regulamentador.

12.1.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser adequado no prazo de 15 dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.1.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata.

12.2. LIQUIDAÇÃO

12.2.1. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Salto do Lontra constando número da licitação, e descrição dos serviços prestados.

12.2.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, observadas as disposições do Termo de Referência, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Regulamentador.



12.2.3. Nenhuma liquidação será efetuada sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no serviço efetuado ou no cumprimento de obrigações contratuais.

12.2.4. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gerando compensação financeira.

12.2.5. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da nota apresentada.

12.3. FORMA DE PAGAMENTO

12.3.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da liquidação.

12.3.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação do índice de correção monetária IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), ou outro que vier a substituí-lo.

12.3.3. A Contratante realizará as todas as retenções tributárias a que for obrigada, inclusive retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

12.3.4. Será aplicada a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

12.3.5. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informados nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

12.3.6. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA



13.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação com disputa, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, realizado em ambiente eletrônico, com observância dos princípios da isonomia, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO, considerando o valor global da contratação, desde que atendidas integralmente as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

13.1.2. Com disputa.

13.2. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.2.1 Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Avaliações Psicossociais, por parte da contratada, a ser executado de forma integral, conforme as condições, etapas e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, não se caracterizando como serviço contínuo.

13.2.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Município, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13.2.3 Os serviços deverão ser prestados na forma prevista neste Termo de Referência.

13.3. EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO

13.3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais contidas no edital.

13.3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão usuais contidas no edital.

13.3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão usuais contidas no edital.

- Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove ter a licitante executado, ou estar executando, serviços pertinentes e compatíveis com o objeto deste Edital;
- Comprovação de Inscrição da Empresa que executará os serviços, no CREA e/ou CAU ou no CRM;



- Comprovação de Inscrição do Responsável Técnico da empresa que executará os serviços, no CREA e/ou CAU ou CRM;
- Comprovação do vínculo entre o licitante e o profissional indicado, por meio da apresentação de contrato de prestação de serviços (natureza civil), vínculo trabalhista (CTPS), contrato social (sócio) ou outro documento hábil.

14. ESTIMATIVA DE PREÇO

14.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima

15. DAS ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. As alterações de que tratam o item anterior deverão atender a todos os requisitos constantes nos artigos 124 ao 136 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

15.6. As alterações dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão responsável promover as respectivas modificações que se fizerem necessárias.

15.7. As alterações dependem de pedido do Contratado, que deve ser protocolado junto ao Fiscal.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da proposta apresentada.



16.2. Após o decurso de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o decurso mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

16.7. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ORGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUBFUN.	PROGRAMA	PROJ	CATEG	DESPESA	FONTE
03	0301	4	122	11	12	339039050000	2056	

18. APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

18.1 O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelo decreto regulamentador e as orientações constantes da minuta padronizada aprovada.

Salto do Lontra/PR, 04 de janeiro de 2026

Tarcisio da Rosa

Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças

Responsável pela elaboração do Termo de Referência